

ESCÂNDALO/DESDOBRAMENTOS

Corrupção

Canhim quer concentrar ação sobre esquemas

Comissão que vai apurar corrupção no governo dará prioridade para denúncias de caráter institucional

MIRIAM MOURA)

BRASÍLIA — O ministro-chefe da Secretaria de Administração Federal, Romildo Canhim, presidente da comissão especial criada pelo governo para investigar a corrupção no Executivo, pretende fazer uma triagem das denúncias para concentrar os trabalhos na investigação de grandes esquemas de corrupção. "Temos que nos preocupar com as denúncias que envolvem as instituições, o sistema", afirma. O objetivo é impedir que a comissão, ainda em fase de instalação, se transforme num depósito de denúncias.

Canhim tem sido procurado por outros ministros, preocupados com irregularidades que notaram em suas áreas. Há poucos dias, o presidente Itamar Franco encaminhou à comissão o resultado de três auditorias do Ministério dos Transportes, realizadas na Companhia Docas do Rio Grande do Norte, Companhia Docas do Estado da Bahia e Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro.

Criada para investigar a corrupção no Executivo a partir dos resultados da CPI do Orçamento, a Comissão Especial da Administração Pública Federal poderá ter seu campo de atuação ampliado. Por isto, uma das providências será devolver aos órgãos de origem denúncias que caracterizem irregularidades cometidas por funcionários isoladamente, para instauração de processos administrativos e disciplinares. Mesmo assim, este procedimento será acompanhado por um dos integrantes técnicos da comissão especial. Canhim pediu aos ministros que encaminhem as denúncias por meio de documentos, para submetê-las aos membros da comissão. "Eu não quero abrir uma frente imensa", revela. Ele teme que um clima de denunciismo possa prejudicar os trabalhos do grupo. "Aquilo que não tiver fundamentação, não vamos tomar conhecimento."

Mala — Canhim está ciente das dificuldades que deverão surgir para apontar esquemas organizados para saquear os cofres públicos. A investigação a cargo da comissão fatalmente chegará aos corruptores — que não foram o alvo principal dos trabalhos da CPI do Orçamento. "Isto envolve administração direta, empresas públicas, os contratos e licitações feitos



José Varella/AE—10/12/93

O ministro da Secretaria de Administração prevê que não será fácil flagrar ação de corruptores

por prefeitos com as construtoras", diz. Ele avalia que não será fácil flagrar uma empreiteira em caso de corrupção. "O sujeito vai lá e diz: está aqui a mala, toma, e acabou. Dinheiro vivo mesmo vai para o Exterior."

Os integrantes da comissão vão propor medidas para coibir a reincidência dos esquemas de corrupção. As empreiteiras, por exemplo, poderão ser consideradas inidôneas e ser submetidas a novas regras para participação em licitações públicas. O ministro aposta também na eficácia de uma decisão já aprovada na comissão, de acompanhar a evolução patrimonial dos 18 mil ordenadores de despesa da administração direta e indireta. Apenas no Banco do Brasil, que possui quatro mil agências no País, o rastreamento atingirá oito mil funcionários (o gerente e mais um servidor em cada agência).

Para cumprir os objetivos da comissão, Canhim conta, por en-

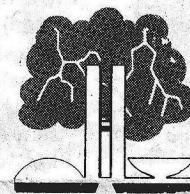
quanto, com a boa vontade de colegas no governo e com a disposição do presidente Itamar Franco, que deu autonomia total ao grupo. Logo depois do carnaval, o ministro sairá em busca de apoio na Receita Federal, no Tribunal de Contas da União e no Legislativo. O primeiro contato, com o presidente do Congresso,

Humberto Lucena (PMDB-PB), não foi animador. Lucena não liberou os relatórios das subcomissões da CPI e Canhim teve de conformar-se com a promessa de obter informações do Senado à medida que solicitar dados específicos.

Além de Canhim, a comissão tem sete membros designados por Itamar e um secretário-executivo, o general Euclimar Lima da Silva, que terá uma equipe de assessores formada por técnicos especialistas nas áreas de pessoal, controle e finanças, orçamento, licitações e contratos e legislação. Cada técnico terá um assessor próprio. Integram a comis-

são o ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça Evandro Gueiros Leite, o ex-procurador-geral de Alagoas Daniel Quintela Brandão, o professor Cândido Mendes, o general Francisco Batista Torres, o advogado Modesto de Souza Carvalhosa, do tribunal de ética da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em São Paulo, o coordenador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais, Emerson Kapaz e o ex-ministro do Tribunal Federal de Recursos Miguel Jerônimo Ferrante.

A próxima reunião do grupo será dia 4 de março, quando serão analisadas informações solicitadas ao Ministério do Bem-Estar Social sobre as obras do Projeto Pirapama, de drenagem da Zona Sul de Natal e outras nos municípios de Acailândia, Barrão do Corda e Vargem Grande, todos no Maranhão. A Caixa Econômica Federal terá de explicar as providências tomadas para investigar empréstimos concedidos à Companhia Agroindustrial Jacaã, do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) e a Eletrobrás terá de explicar as obras de eletrificação rural feitas pelas Centrais Elétricas do Maranhão (Cemar) nas fazendas do deputado — os dois casos foram descobertos pela CPI do Orçamento.



GRUPO TEME
QUE HAJA
CLIMA DE
DENUNCISMO